

## Millenium educação, ciência e tecnologia

---

### A IMPORTÂNCIA DIDÁTICA DA HISTÓRIA ANTIGA<sup>1</sup>

ANTÓNIO RAMOS DOS SANTOS\*

Ao apresentarmos de um ponto de vista didáctico, a globalidade geográfica e cronológica representada pelo que designamos de História Antiga, estamos perante um vasto campo civilizacional. Enquanto que as realidades da Grécia Antiga, da Roma Imperial e do Egipto faraónico são, claramente, consideradas importantes, o mesmo não é tão óbvio quanto às regiões do Próximo-Oriente Antigo e, em particular, à Mesopotâmia.

A região beneficiou de uma excepcional situação geográfica. Muitos foram os povos que formaram a «civilização mesopotâmica»: Sumérios, Acádios, Amoritas, Cassitas e Caldeus entre outros. Todos contribuíram para a formação de uma herança geral.

As unificações políticas do Próximo-Oriente Asiático realizadas pelos vários impérios favoreciam as ligações entre o Ocidente e o Oriente difundindo os elementos culturais mesopotâmicos, fomentando o intercâmbio comercial de regiões distantes e dando a povos diversos uma língua semita como denominador comum.

As compilações legislativas mesopotâmicas serviram de modelo para outros povos do Oriente Antigo. Na organização política encontramos na região os primeiros exemplos de cidades-estado. A realização artística e a urbanística tiveram repercussões no Oriente Antigo, e não só<sup>2</sup>. A arquitectura assírio-babilónica influenciou outras civilizações, como o Islão.

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada na III realização dos *Encontros sobre o ensino da História* em 5 de Junho de 2003 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

\* Professor do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

<sup>2</sup> Ver STEPHANIE DALLEY (ed.), *The Legacy of Mesopotamia*, Oxford, Clarendon Press Oxford, 1998 e WILLIAM W. HALLO, *Origins. The Ancient Near Eastern Background of Some Modern Western Institutions*, Leiden, E.J. Brill, 1996.

No campo das ciências, como a astronomia, a matemática e a medicina também sentimos a sua presença<sup>3</sup>. A herança tecnológica, incluía o arado e a roda de oleiro, mas também a roda que vem dos inícios da história mesopotâmica.

O conceito de escrita é uma outra invenção capital, mesmo que a técnica do cuneiforme nas tabuinhas tenha caído em desuso há mais de dois mil anos.

## 1. A escrita

A escrita foi, sem dúvida, a maior contribuição civilizacional mesopotâmica. O cuneiforme é o sistema mais antigo de escrita até hoje conhecido. Na sua forma primitiva a escrita cuneiforme foi uma espécie de escrita figurativa, com a incomodidade decorrente da pictografia. As mais antigas inscrições encontradas em Uruk são pictográficas na acepção mais simples, não contendo qualquer ideograma.

Mas, num segundo estágio, descobriu-se que começara a transição para uma escrita ideográfica e fonética. A fonetização da escrita suméria começou simultaneamente. Por volta do ano 3200 a.C., alguns escribas sumérios acharam conveniente, para maior facilidade de escrita, inclinar as lâminas de barro de tal forma que os símbolos parecem estar deitados; se bem que tais inscrições, quando feitas em pedra ou metal, tenham conservado por alguns séculos as posições mais antigas, contudo, mesmo estas foram, por vezes, inscritas com um ângulo de 90°. Os símbolos que sofreram uma rotação foram os que possivelmente se convencionalizaram nos caracteres a que podemos, chamar de cuneiformes. Uma vez padronizados, os caracteres cuneiformes, embora devam totalmente, a sua forma peculiar ao método de trabalho com a argila húmida, foram praticados pelos Sumérios em pedra, vidro e outros materiais resistentes. O cuneiforme só veio a alcançar a perfeição como escrita nas mãos dos escribas reais assírios, cuja caligrafia ainda hoje é admirada. Foi graças a essa escrita que as bibliotecas e arquivos foram possíveis.

As fontes documentais são relativas às mais variadas actividades, desde a produção agrícola, ao comércio e à acção de tipo financeiro<sup>4</sup>. As tradições da burocracia alimentadas pelos princípios contabilísticos e pelas necessidades quotidianas eram inerentes a um sistema hierárquico, para tornar os factos e os números verificáveis, contribuindo, desta forma, para criar largos arquivos, de indivíduos abastados ou de

---

<sup>3</sup> Ver FRANCIS JOANNES (dir.), *Dictionnaire de la Civilisation Mésopotamienne*, Paris, Robert Laffont, 2001.

<sup>4</sup> Ver KLAAS R. VEENHOF, «Cuneiform Archives. An Introduction», em *Cuneiform Archives and Libraries*, Leiden, Nederlands Historisch-Archaeologisch Instituut Te Istanbul, 1986, p.7.

famílias ricas. O estudo conduziu a atenção para a figura chave da administração, o escriba<sup>5</sup>.

A laboriosa contabilidade, a elaboração e a acumulação de registos serviu propósitos internos, mas para nós estes são extremamente importantes para a reconstrução da história social, política ou administrativa de uma dada época porquanto a metodologia é a mesma. Neste contexto, é óbvio que são igualmente importantes também outros tipos de arquivos, como os da chancelarias, como ficou demonstrado pelos arquivos do palácio de Mari. O controlo «estatal» está evidente nas passagens dos súbditos para Ešnunna e Assur, como, aliás, no caso babilónico em qualquer das suas épocas<sup>6</sup>.

Os arquivos centrais dos diversos governos locais serviam para um propósito prático, um registo para ajudar as autoridades judiciárias, em casos de comparação com veredictos anteriores, de apelos, ou para recordar testemunhos, como sabemos através dos do *ensi* no período da III dinastia de Ur. A assiriologia pressupõe sempre um trabalho exaustivo, onde os obstáculos se acumulam<sup>7</sup>.

No século VII apareceram documentos com a função de resumos em aramaico, a partir do documento original em cuneiforme babilónico.

Conforme o acádico foi entrando em desuso, o aramaico tomou o seu lugar enquanto língua falada na Babilónia. O documento original aramaico desempenhou um papel decisivo no desaparecimento dos registos cuneiformes, tendo progressivamente os escribas aramaicos ocupado as posições-chave na chancelaria mesopotâmica.

Infelizmente as condições climáticas levaram à destruição de tais textos produzidos em pele ou papiro<sup>8</sup>.

## 2. A literatura

A escola existiu desde os tempos dos sumérios. O berço da aprendizagem da escrita e dos textos literários ou outros foi a escola, chamada *edubba* - a casa das placas. Descobriram-se em algumas cidades edifícios identificados hipoteticamente como escolas, como no caso de Nippur, Sippar e Ur. O mestre - o *ummiá*, era assistido por uma espécie de monitor - o *SES.GAL* sumério, enquanto os estudantes eram

---

<sup>5</sup> Cf. JACK GOODY, *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*, Lisboa, Edições 70, 1987, pp.63-71; GEORGE ROUX, *La Mésopotamie*, Paris, Éditions du Seuil, 1985,p.339; A. LEO OPPENHEIM, *Ancient Mesopotamia. Portrait of a Dead Civilization*, Chicago & London, The University of Chicago Press, 1972, pp. 235 - 249.

<sup>6</sup> Cf. KLAAS R. VEENHOF, *o.c.*,pp 24-25.

<sup>7</sup> Cf. *ibidem*, pp. 34-35.

<sup>8</sup> Ver OLOF PEDERSÉN, *Archives and Libraries in the Ancient Near East 1500-300 B.C.*,Bethesda, Maryland, CDL Press, 1988.

designados *DUMU É.DUB.BA*, isto é os *filhos da escola*, forma semelhante à que designava os escribas - *DUB.SAR* e *tupšarrum*.

À partida, o carácter do ensino era familiar, assegurado pelo mestre no seu domicílio, mas os *deveres* eram levados para casa pelos alunos, a essas tabuinhas escritas dessa forma chamavam *IM.SU*, literalmente *argila de mão*.

O não cumprimento das normas estabelecidas e dos deveres por parte do aluno implicava o recurso a castigos corporais.

Mas nada distinguia esses compartimentos de salas de uma casa particular, excepto, por vezes, uma presença de numerosas placas. Todavia, em Mari, encontraram-se duas divisões que tinham manifestamente as características de uma sala de aulas, ou seja, possuíam filas de bancos de tijolo cru onde se podiam sentar até quatro pessoas. Porém, estavam completamente vazias de placas.

A escola ministrava, de início junto aos templos e depois também no palácio, o que poderíamos chamar «ensino profissional», isto é, preparava escribas para as necessidades dos templos e do palácio. Com o andar do tempo, a escola tornou-se igualmente um foco de cultura e de saber. Não se limitava a fixar por escrito géneros entregues no armazém do templo e do palácio ou dados aos trabalhadores, como nos primórdios, mas organizava os conhecimentos de ordem teológica e profana. Surgiram as listas de deuses e astros, espécies zoológicas e botânicas.

A mais antiga obra literária suméria conhecida nos nossos dias, é um poema que descreve a destruição da cidade de Lagaš em meados do século XXIV. Mas até aos finais do III milénio encontramos, ainda, hinos dedicados aos deuses mais importantes do panteão da época.

Apenas quando o poder político de Sumer, deixou de existir é que se reuniram as mais diversas obras da literatura suméria – mitos, epopeias, elegias – e a língua continuou a ser empregue nas escolas e nos templos. Simultaneamente, as obras académicas eram bastante influenciadas por essa literatura, sendo os nomes dos heróis e dos deuses do mundo sumério. A grandeza de Sumer foi, neste capítulo, tão grande que mesmo no auge do poder da Assíria, os textos sumérios eram editados acompanhados da sua tradução em acádio. Com a criação das grandes bibliotecas assírias, foram escritas versões das grandes obras, existindo, por vezes, nas cópias da biblioteca de Assurbanípal, uma nota explicativa do facto da cópia ter sido comparada com o original<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Ver KARL HECKER, WALTER SMERFELD, *Keilschriftliche Literaturen*, Berlim, Dietrich Reimer Verlag, 1986 e JOSÉ NUNES CARREIRA, *Literaturas da Mesopotâmia*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

### 3. O direito

Embora o nosso direito seja marcado, sobretudo, pela tradição jurídica romana, não podemos descurar a importância que tiveram as compilações legislativas originárias dos Sumérios e dos vários impérios semitas. A sua génese esteve ligada à necessidade de afirmar o poder de impérios sob os quais variados povos se encontravam e de alegadamente uniformizar as normas para com todos eles. Não sendo obras sistematizadas, elas continham princípios de protecção aos mais fracos – viúvas, crianças – e de obstrução ao abuso do poder.

A organização judiciária mesopotâmica possuía na base da sua estrutura jurisdições locais e regionais que se enquadravam sempre na administração dominada pela figura do monarca. Possuía também um conjunto de oficiais administrativos de que se destacam os auxiliares de justiça que serviam de suporte à acusação oficial, quase um «ministério público» nos nossos dias, o *qabbūm* paleobabilónico ou o *bātiqū* neoassírio, são disso um bom exemplo. Todo o processo judicial se baseava no princípio do contraditório, havendo lugar à fase de litígio, ao inquérito que deveria dar a conhecer a prova material, e à fase de conciliação. O testemunho, o juramento e o ordálio eram formas complementares de certificação da verdade utilizados.

A tradição mesopotâmica foi a das compilações legislativas, ou seja, os denominados «Códigos». O modelo mais perfeito do direito na Mesopotâmia é o comumente designado «Código de Hammurabi» que, no entanto, não pode, em rigor, ser visto no sentido moderno do termo<sup>10</sup>. Trata-se mais de uma compilação de decisões do rei, *šimḫū šarrim*, bastante mais efectivas do que um «Código». Os antigos habitantes da Mesopotâmia não entendiam a justiça como nós, no domínio jurídico e científico eles não conheciam as leis. Tal palavra não existia. Deveremos admitir que os seus pretensos «códigos» não o são, e que eles consignam, efectivamente, não as leis, mas decisões de justiça.

O «código» parece efectivamente como sentenças de justiça, estabelecidas pela existência de um sistema judicial<sup>11</sup>. Cada parágrafo do «código» uma vez despojado da forma que lhe foi dada por se encontrar incorporado num «manual de ciência jurídica», resume uma sentença<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Cf. JEAN BOTTÉRO, *Mésopotamie. L'écriture, la raison et les dieux*, Paris, Gallimard, 1987, p.196 : «En définitive, le "Code" d'Hammurabi en est-il bien un ? Non! Et voici pourquoi. Le Code des lois d'un pays, c'est d'abord le recueil complet des lois et des prescriptions qui régissent ce pays: "l'ensemble de sa législation" ... De ce point de vue, il suffit de jeter un coup d'oeil sur la liste dressée plus haut des "chapitres" de notre texte, pour y constater d'inquiétantes lacunes en matière législative.»

<sup>11</sup> Acerca do sistema judicial mesopotâmico, ver FRANCIS JOANNÈS (dir.), *Rendre la justice en Mésopotamie*, Saint-Denis, Presses Universitaires de Vincennes, 2000.

<sup>12</sup> Ver HORST KLENGEL, *Il Re Perfetto. Hammurabi e Babilonia*, Roma, Editori Laterza, 1993, pp.181-261.

As decisões do rei são conhecidas através dos textos de ordem prática. Por exemplo: os contratos de alistamento de jornaleiros para certos trabalhos sazonais importantes. Resta-nos certos «decretos» que se podem considerar como decisões reais. Sancionadas pela autoridade real, os *dînĀu* (sentenças) podiam ser sentenciados como modos de *simdĀu* (decisões).

O próprio Hammurabi declara que deseja dar um nome aos elementos da sua recolha, e prefere *dînĀ mĀĀrim* (sentenças).

Assim, no topo da estela, o rei Hammurabi da Babilónia, recebe do deus Marduk as insígnias do poder real. Sob estas estão gravadas verticalmente uma primeira série de 23 colunas de escrita e no reverso 28 outras colunas. Este texto não é apenas de um só estilo, pois no prólogo e no epílogo aparece-nos uma espécie de relato de façanhas, escrito no estilo nobre, da literatura heróica e lírica, próprio da Mesopotâmia antiga, e que serve de introdução e de conclusão ao corpo da obra.

No prólogo, o rei declara que foi proposto pelos deuses para a glória militar e política do seu país, o que proclama ter assegurado através de uma série de conquistas, recitadas exaustivamente, e consagrado pelos mesmos deuses ao governo e à prosperidade do seu povo: ele apresenta a parte «legislativa» que segue como um conjunto de medidas tomadas por ele próprio, monarca experimentado e justo, para realizar essa grandiosa vontade divina<sup>13</sup>.

No epílogo, ele prossegue a mesma ideia, sublinhando a sapiência e a equidade das decisões relatadas detalhadamente no corpo da obra, ele oferece-se como modelo perpétuo aos soberanos vindouros. Prólogo e epílogo são essenciais à obra inteira<sup>14</sup>.

O soberano coloca-se não como legislador, mas sim como juiz. Um monarca cheio de experiência que tenta passar a sua sabedoria aos seus sucessores<sup>15</sup>. Ao compor e ao publicar o «tratado», Hammurabi viu mais longe do que a sua utilidade pura e simples, ele pensava na glória pessoal.

Ao apresentar esta obra como o monumento mais sólido da sua glória e do seu mérito perante a posteridade, ele quis realçar que não existia, à luz do seu olhar, qualidade mais preciosa e talvez mais rara, para um soberano digno desse nome, do que o sentimento da justiça e a vontade eficaz de reinar.

---

<sup>13</sup> Cf. ANDRÉ FINET, *Le Code de Hammurabi*, Paris, Les Éditions Du Cerf, 1983, pp. 31-44.

<sup>14</sup> Cf. *ibid.*, pp.135-147.

<sup>15</sup> Cf. JEAN BOTTERO, *o.c.*, p.203 : «En somme, le souverain aurait donc écrit son oeuvre pour faire comprendre à ses sujets quel est leur droit, pour montrer comment peuvent, selon lui, sur ce plain, se résoudre leurs difficultés d'ordre judiciaire»

Eis, porque se o «código» é uma obra de ciência consagrada à justiça, é também a expressão de um ideal político onde essa justiça deveria ocupar o primeiro lugar<sup>16</sup>.

Uma marca distintiva dos tratados científicos, é que os dados que se encontram reunidos, em número prodigioso, não foram acumulados por acaso, como os detalhes de um relato da vida quotidiana e de um espectáculo de rua. Mas que eles encontram-se ordenados e articulados segundo uma ordem definida de um verdadeiro sistema. Estas obras «científicas» parecem todas ter sido compostas com um mesmo propósito, essencialmente prático e didáctico.

No «Código» o rei no seu prólogo e no seu epílogo, quis ensinar a prática da justiça. É aqui que aparece uma característica da «ciência» mesopotâmica. O objectivo era, através dos dados factuais, estudar e estabelecer os princípios e as leis que os comandam. Os tratados eram manuais de ensino onde o mestre que os analisava deveria comentar de viva voz o que não figurava nos catálogos de exemplos, e saber as verdadeiras leis da «ciência» em questão. Os tratados cuneiformes são paradigmas que, pela repetição e a variação dos casos particulares (modelos a considerar num espírito analítico) perfaziam a substância da disciplina interessada. Estes contribuíam para o julgamento, dotando o utilizador de sentido da ponderação justa, e ao mesmo tempo de capacidade de entender as decisões judiciais.

O monarca glorifica-se por ter respondido melhor do que ninguém a essa vontade e missão sobrenaturais, assim, ele ergueu uma estátua sobre o nome de rei equitativo. Título que ele se auto-atribuíu pelo menos em duas partes do seu epílogo. O «código» de Hammurabi é, essencialmente, uma auto-glorificação do rei. Mas é ao mesmo tempo uma carta política, fundada na consciência do dever real essencial, a equidade. É um testamento político que condensa toda uma visão detalhada e ordenada do exercício «equitativo» da justiça; e, por isso, trata-se de um verdadeiro tratado de jurisprudência. Se a Mesopotâmia o difundiu e copiou é porque nele encontramos a memória de um grande monarca que expressou e quis aplicar, um ideal nobre e benéfico do «ofício de rei», através da valorização da maior das virtudes dos soberanos do país: a equidade.

---

<sup>16</sup> Cf. *ibid.*, p. 206: «En présentant le "Code" comme une oeuvre de science, je ne fait pas une sorte de bond téméraire dans l'inconnu: je rattache simplement cet ouvrage à un genre littéraire assez bien représenté dans la documentation cunéiforme: celui des Traités scientifiques.»

#### 4. As ciências

O espírito pré-científico de que fizeram prova os Babilónios e o desenvolvimento alcançado pela astrologia e pela matemática conduziram à abordagem das especulações mais árduas.

Os autores antigos cuja admiração pelos «Caldeus» chegou até nós e os trabalhos dos sábios modernos segundo os textos cuneiformes colocam em evidência o papel que eles desempenhavam na História das Ciências.

Desde que a Babilónia introduziu definitivamente a data do Ano Novo com o mês de Nisanu, no equinócio da Primavera e o ano «ideal», isto é, um ano lunar artificial de 360 dias, divididos em 12 meses de 30 dias, criava uma discrepância crescente com o solar, associado às estações, de 365 1/4 dias. Esse ano era demasiado curto, todos os 6 anos a deslocação era de um mês e no fim de 36 anos as estações de Inverno e de Verão estavam invertidas. Para recuperar o deslocamento instituíram-se meses intercalares que eram o 6º mês e o 12º mês, isto para estar de acordo com a época correspondente à colheita (Maio a final de Junho) sobrevivência do antigo calendário agrário<sup>17</sup>.

A antiga Babilónia deu-nos também o sistema de notação directa dos números, infinitamente mais prático do que o código romano (por exemplo, 78 em lugar de LXXVIII). O sistema sexagesimal (sessenta minutos numa hora e sessenta segundos num minuto) advém da Babilónia do III milénio a.C. O calendário litúrgico utilizado pelo cristianismo e pelo Islão têm afinidades evidentes com o calendário lunar da antiga Babilónia; quanto à divisão do dia em vinte e quatro horas, este combina elementos babilónicos e egípcios.

A astronomia e mesmo o nome de curtas constelações tiveram origem nos trabalhos dos sábios babilónicos. As suas observações, desenvolvidas em seguida em conceitos astrológicos, foram-nos transmitidas pelo mundo clássico, Bizâncio e os Árabes. Para os autores clássicos, falar de um Caldeu – é desse modo que chamavam os Babilónios no seu texto – equivale a designar um astrólogo.

Mas a verdadeira revolução<sup>18</sup> foi causada pela aplicação da roda ao transporte e pelo aparecimento do carro.

---

<sup>17</sup> Ver MARGUERITE RUTTEN, *La Science des Chaldéens*, Paris, PUF, 1960.

<sup>18</sup> Para o mundo ocidental, os cereais mais importantes são o trigo (para o pão) e a cevada (para a cerveja). Isso vem do facto que os nossos antepassados os possuíam no estado natural no Crescente fértil, onde foram cultivados e aperfeiçoados nos tempos da «revolução neolítica», e depois transmitidos ao resto do mundo. Do mesmo modo, os principais alimentos cárneos provinham do carneiro, da vaca e do porco porque, apesar da abundância de animais potencialmente comestíveis, os antepassados selvagens destes últimos foram domesticados e criados em simultâneo com o começo do cultivo da cevada e do trigo, depois transmitidos do mesmo modo às gerações posteriores.



No Próximo Oriente antigo deparamos com o carro no período de Tell Halaf, muito antes do começo das primeiras dinastias sumérias. Em Sumer, nestes eram usadas rodas maciças sendo puxados por burros ou bois. Os veículos eram utilizados de preferência nas cerimónias de culto e vamos encontrá-los, por exemplo, nos famosos túmulos reais de Ur. Cerca de 3000 a.C. as carroças de duas rodas, os carros de quatro rodas e até os carros de guerra eram comumente usadas no Elam, Mesopotâmia e Síria.

Graças às esculturas sumérias e aos espécimens encontrados nos túmulos do III milénio, podemos reconstituir os pormenores de construção dos primitivos veículos com rodas, que eram, como é natural, toscos e pesados. As rodas eram maciças e consistiam em três peças de madeira encaixadas umas nas outras e presas por tiras de couro, pregadas com pregos de cobre. As rodas rodavam em consonância rígida como os eixos, seguros ao corpo do carro apenas por correias de couro<sup>19</sup>.

## 5. As cidades

A aldeia impôs-se como marca da comunidade desde os inícios da sedentarização. No princípio, não é mais do que a expressão espacial da família ou do clã, reproduzindo modalidades de implantação de tendas ou pequenas cabanas rústicas. Embora se possa explicar com alguma verosimilhança a sua estrutura na origem, é certo que a razão a que se deve esta evolução foi a adaptação de novas técnicas agrícolas<sup>20</sup>.

O processo de neolitização do Oriente nasceu na região de colinas do Crescente Fértil mas, não se realizou plenamente senão com a sua expansão até aos territórios em redor, e em particular, até aos grandes vales do Eufrates e do Tigre. Contudo, para prosperar neste meio foi preciso recorrer ao regadio. O seu êxito estava assegurado desde o momento em que a terra lamacenta e a água fossem controladas. De resto, apenas era possível viver nesse país recorrendo também ao aprovisionamento exterior de um certo número de matérias-primas, como a madeira, o betume e a um sistema de intercâmbios exigido pelos habitantes da bacia aluvial e da planície do delta.

Este é um componente essencial do fenómeno de urbanização. Não é somente o crescimento agrícola, que explica o nascimento das cidades, mas também a efectivação de relações comerciais, sem as quais não é concebível o surgimento do país sumério.

---

<sup>19</sup> Ver JEAN-CLAUDE MARGUERON, *Los Mesopotámicos*, Madrid, Cátedra, 1996.

<sup>20</sup> Ver GWENDOLYN LEICK, *Mesopotamia. La invención de la Ciudad*, Barcelona, Paidós, 2002 e MARC VAN DE MIEROOP, *The Ancient Mesopotamian City*, Oxford, Oxford University Press, 1999.

Na ausência de qualquer outro meio de transporte, exceção feita ao porte humano, apenas os rios e os canais puderam proporcionar a infra-estrutura necessária ao nascimento das primeiras cidades. Desta forma, estas surgem estreitamente ligadas ao rio, ou a um canal. Esta associação tinha como finalidade assegurar um bom abastecimento de água para a vida diária, e permitir o regadio do campo cultivável, e assegurar vias de comunicação e trato. Não foi tanto o lugar de água o que favoreceu o impulso da cidade mas o eixo fluvial, isto é, a água que corre. Além disso, a administração dos grandes domínios agrícolas não impulsionou apenas o nascimento das cidades, mas incrementou também o desenvolvimento do comércio.

Assim, o canal pode considerar-se como o motor essencial de desenvolvimento urbano, tanto por ter permitido o auge de uma exploração agrícola sem riscos e uma acção comum com a que existia antes, como porque garantia o abastecimento de produtos de primeira necessidade aos centro de decisão. No fundo, na origem da transformação das estruturas aldeãs em organização urbana esteve a deslocação da actividade agrícola desde o lugar da sua origem - o país das colinas, até um circuito nas planícies aluviais e do delta, onde para desenvolver-se foi necessária a introdução de novas técnicas como o regadio, e procurar longinquamente as matérias-primas que faltavam. Por razões de eficácia, a administração destes domínios e dos intercâmbios, que se confundiu pelo menos parcialmente com a gestão dos canais (criação e manutenção), supôs uma concentração de meios num único centro com vocação regional, a partir do qual era possível dirigir os territórios aldeões que asseguravam a produção básica, indispensável para a subsistência e intercâmbios da nova comunidade ampliada.

Compreende-se que nestas condições a passagem da aldeia à cidade estivesse acompanhada pela aparição de formas materiais de poder que se exerciam sobre o território dominado. Poder político e poder religioso depressa ocuparam o seu lugar na cidade e aí mantiveram um papel estrutural fundamental interagindo com outras forças que se devem tomar em consideração para compreender a organização das cidades próximo-orientais dos primeiros milénios, a hierarquização social.

O aparecimento no Neolítico de uma arquitectura diferenciada foi o sinal do começo de uma sociedade hierarquizada.

A cidade palaciana era, antes de tudo, uma pura cenografia, um cenário para a actividade cortesã. A residência real dominava todo o seu espaço de um lugar elevado, que se configurava na forma de uma cidadela. Para tal, elegia-se um lugar com a topografia adequada ou se erguia um sobre plataformas artificiais. A posição da cidadela experimentou uma evolução ao longo do tempo. Até ao Bronze Final situava-se no centro da aglomeração urbana, talvez como meio de procurar uma maior

protecção face a um possível atacante, caso das principais cidades sumérias, esquema também repetido em Mari.

Uma modificação importante a este delineamento foi encontrada a partir dos finais do II milénio, quando a cidadela começou a localizar-se no flanco da muralha, aumentando assim a capacidade defensiva face ao exterior devido à acumulação de obstáculos ao atacante. Em Assur encontramos talvez o testemunho conhecido mais antigo. Mas é em Kô-Tukulti-Ninurta que nos deparamos com a primeira cidade de planta nova e totalmente planificada numa única grande elevação de terreno. A cidade de planta rectangular levantada pelo primeiro rei assírio com o mesmo nome encontrava-se apenas a 3 km de Assur. Nesta, a cidadela real ocupa uma posição central na muralha, sobre o Tigre.

Com as fundações neoassírias, a localização das cidadelas ficará fixada definitivamente num dos flancos da muralha tanto por motivos defensivos como por simbólicos, como em Khorsabad e Kalhu/Nimrud. Assim, resulta a presença de arsenais junto às áreas palacianas assírias, perfeitamente integrados nos diferentes complexos áulicos. O mais conhecido, a nível arqueológico é o arsenal de Kalhu, erguido por Salmanasar III e reformado por Assarhadão. Trata-se de um rectângulo de 350 por 250 metros, formado por poderosas fortificações, cujas instalações eram dedicadas ao treino militar, alojamento de homens e cavalos e armazém de instrumentos de guerra. Transmite a imagem de um poder apoiado na força militar, materializado na convivência do rei com as suas tropas e oficiais.

O mesmo delineamento de cidadela encontramos nas principais urbes totalmente renovadas na época neobabilónica, como em Borsippa e na própria Babilónia de Nabucodonosor II. Os santuários ficaram colocados no centro, pelo imperativo religioso de respeitar o ponto exacto «assinalado» pela divindade, enquanto que as cidadelas palacianas se situavam num extremo, junto à margem do Eufrates<sup>21</sup>.

O próprio conceito de cidade no Próximo - Oriente não se entende sem a fortificação. Os relevos assírios, por exemplo, representam a ideia de cidade como um recinto muralhado<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Tal modelo urbanístico manteve-se plenamente vigente na época islâmica, embora, em determinados períodos e em áreas concretas apareça um tipo de fortaleza que reflecte uma efectiva separação entre um grupo social inclusive étnico e os habitantes da *medina*, com um ânimo indissimulável de outorgar uma sensação de efectiva inexpugnabilidade para o refúgio dos seus construtores.

<sup>22</sup> Nesse sentido, numa das poucas representações com que contamos de uma cidade islâmica ideal, seguramente Jerusalém ou Medina, entregue pelo Profeta Mahoma, que aparece como «doador de cidades», devida ao miniaturista persa de Tabriz, Ahmad Mûsâ (1360-1370), figura um recinto amuralhado de morfologia poligonal, atravessada por um curso fluvial, com abundantes espaços internos sem rasto de edificação e povoada de esbeltos minaretes.

### Conclusão

Seria necessário um livro inteiro para tratar convenientemente da herança da antiga Mesopotâmia, apresentámos apenas um muito breve resumo. Pretendemos demonstrar o seu contributo para a nossa própria identificação cultural. Talvez por isso, para nós a importância didáctica da Mesopotâmia é acima de tudo um exercício da memória - a recordação dos mitos.

Quem não se lembra de ter escutado as histórias sobre os Assírios e os Babilónios relatadas no texto bíblico? De ver na realidade material o que provém desse mundo e que entrou no nosso quotidiano? É todo um universo cultural que viajou até nós.

A arte e a arquitectura estão peçadas de exemplos: a pintura a *Torre de Babel* de Brueghel O Velho<sup>23</sup>; a noção de espaço – protegido e intimista – das casas da Andaluzia, entre outros. A linguística, que nos recorda que aqui e além aparecem vocábulos de origem árabe, judaica, ou mesmo mais remota, como o termo <<mesquinho>> que parece provir de *muškenum* «aquele que se prosterna».

Acima de tudo, aprender história do Próximo-Oriente Antigo é reconhecer a interacção entre várias gentes apartadas, mas também unidas, pelo Mediterrâneo. É assumir a multiculturalidade como factor de desenvolvimento dos povos. E no nosso caso, em particular, reconhecer que ser português, é ser um pouco de todo o mundo, e uma grande porção do Oriente Próximo, mesmo de períodos pré-islâmicos.

---

<sup>23</sup> Pintor holandês que viveu entre 1528-30 a 1569 que pintou temas bíblicos e históricos. Existem duas versões do tema, uma de 1563 e outra de 1568.